

ECOFEMINISMO: A MULHER RURAL COMO FOMENTADORA DOS SABERES ETNOBOTÂNICOS E LUTAS AMBIENTALISTAS

Bruna Benazi Vieira¹ & Michaele Alvim Milward-de-Azevedo

(Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Av. Prefeito Alberto da Silva Lavinias,
1847, Centro, Três Rios, RJ, Cep- 25802-100; ¹Autor de correspondência: bruna.benazi@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A etnobotânica é a ciência que estuda a relação entre o ser humano e as plantas considerando-se o saber tradicional obtido pela comunidade através do contato direto com os recursos ambientais (Rocha *et al.* 2015). Este conhecimento é moldado pelo histórico da população, pelo ambiente social e físico e as pelas características dos vegetais (Carniello *et al.* 2015), resultando um diálogo de saberes entre os conhecimentos tradicionais e científicos (Siliprandi 2009). O contato direto com as populações tradicionais resgata o conhecimento sobre a relação entre o homem e as plantas de uma comunidade (Rodrigues & Carvalho 2001), adicionado de valores culturais e socioeconômicos que as plantas possuem para estas populações, além de ser importante para a manutenção da biodiversidade (Lucena *et al.* 2015).

Os hábitos cotidianos no meio rural e os ciclos naturais relacionam-se não apenas com a racionalidade, mas também com crenças, valores, mitos e tradições (Monteles & Pinheiro 2007). A transmissão social ou transferência de informações permitem a instalação de um sistema cultural entre os seres humanos, sendo elementar para compreender a natureza humana (Soldati 2013).

Apresenta-se como um instrumento fundamental para avaliar as relações de gênero e a analisar a aproximação da mulher rural com a natureza, tendo em vista o seu tradicional “dever” de cuidar da segurança alimentar e nutricional da família, devido a subordinação imposta pela rígida hierarquia patriarcal ao gênero feminino (Viu *et al.* 2010). Segundo Pastore *et al.* (2005), no âmbito rural a desigualdade de gênero manifesta-se de forma mais evidente, fato resultante do elevado conservadorismo instituído na cultura rural. Assim, ocorre uma associação entre a reprodução biológica feminina com a fertilidade da mãe terra, ocasionando a divisão social sexual das tarefas (Leff 2004).

Na área de estudos sobre o vínculo entre a mulher e ecologia ressalta-se o segmento do ecofeminismo, o qual expressa a presença de uma interconexão entre a submissão das mulheres aos homens e o domínio da natureza pelos seres humanos (Siliprandi 2009). Com isso, surge a existência de movimentos ambientais feministas com a finalidade de alcançar um cenário utópico igualitário, ressaltando a relevância dos saberes construídos juntamente ao meio natural e desencadeando uma luta contra a opressão da natureza e da mulher (Garcia 2009). A abordagem do tema referente ao conhecimento etnobotânico das agricultoras e mulheres rurais é fundamental para destacar o sexo feminino como principal agente provedor dos saberes tradicionais.

O presente estudo teve como objetivo evidenciar as práticas sociais voltadas à conservação ambiental coordenadas pelas mulheres, e apresentar evidências comprovando a experiência ecológica e saberes etnobotânicos obtidos por elas.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica, fundamentada em materiais já elaborados, sendo realizado o levantamento de informações em artigos, revistas e documentos referentes ao vínculo da mulher com a natureza, sites sobre movimentos ambientalistas liderados pelas mulheres e destinados a elas, resultados de pesquisas que comprovam a maior invisibilidade feminina no meio rural e o acúmulo do saber etnobotânico.

Realizou-se um estudo aprofundado da corrente ecofeminista, para a constatação da subordinação dos objetos de estudo, mulher e natureza. Além disso, a pesquisa é definida pelo método exploratório, pelo fato de proporcionar maior entendimento sobre o tema e torná-lo mais explícito, de forma a considerar as mais variadas questões referentes ao fato estudado, como definido por Gil (2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A mulher rural e os saberes etnobotânicos

O espaço doméstico ainda se mantém, em grande parcela, como responsabilidade das mulheres e as práticas exercidas por elas excedem os cuidados com a casa, englobando também as atividades de plantio, horta, colheitas e produção de produtos voltados somente ao consumo da família – denominados como miudezas (Viu *et al.* 2010). O gênero feminino aperfeiçoou seus conhecimentos associados às plantações que estavam tradicionalmente sob seu encargo, principalmente com relação às plantas medicinais, fator explicitado pela

imposição patriarcal da atuação do sexo feminino nos cuidados da saúde, bem-estar e do autoconsumo familiar (Burg 2005).

As mulheres são as maiores detentoras do conhecimento etnobotânico, verificando a sua relevância na manutenção e transmissão dos saberes e hábitos relacionados ao universo vegetal (Carvalho 2005). Segundo estudo em uma comunidade quilombola, realizado por Monteles & Pinheiro (2007), constatou-se que as plantas medicinais no entorno das residências eram cultivadas majoritariamente pelo gênero feminino (79%), demonstrando o domínio da prática e a criação de remédios caseiros a base de plantas. Diversos levantamentos etnobotânicos corroboram em relação ao resultado referente ao gênero das pessoas entrevistadas, majoritariamente o sexo feminino é sempre o mais entrevistado nestes tipos de pesquisas.

Segundo Karam (2004), em mais de 70% das famílias de comunidades tradicionais, a transmissão de saberes ocorre pelas mães e avós, sendo essenciais na contribuição para a perpetuação do conhecimento, são as mulheres que possuem as respostas à cura de doenças, aplicando o uso de ervas e plantas medicinais para preparação de xaropes, chás e pomadas para diferentes enfermidades.

Pacheco (2002) destaca o valor do sexo feminino, devido ao seu desempenho como gerenciadoras dos fluxos de biomassa, proteção da biodiversidade e domesticação das plantas, apresentando em vários locais do mundo um expressivo saber referente aos recursos vegetais e propiciando a segurança alimentar. O Ministério do Meio Ambiente (1994) enfatiza por meio da Convenção da Diversidade Biológica:

“o papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica”.

Entretanto, as mulheres são socialmente invisibilizadas e necessitam de apoio organizativo para assegurar seu acesso à terra e à capacitação técnica para que possam desenvolver sua elevada competência (Siliprandi 2009). Um estudo sobre o movimento Chipko (movimento ecológico), na Índia, expõe a absoluta dependência do gênero feminino com a natureza nas comunidades rurais carentes e evidencia o etnoconhecimento repassado para as futuras gerações constantemente marginalizado pela ciência moderna, resultando na exclusão do saber feminino (Garcia 2009).

2. O Ecofeminismo e Movimentos Ambientais Feministas

O histórico de desigualdade de gênero conduziu as agricultoras a se identificarem como lutadoras ambientais e apoiadoras dos direitos das mulheres. Esse fato acarretou na sua dedicação progressiva a movimentos sociais que integram as reivindicações como fator essencial para pautas políticas associadas às lutas ambientais feministas (Siliprandi 2009).

A degradação da natureza reflete um preocupante risco para a vida das mulheres e suas famílias, e por isso promovem uma batalha cotidiana para a reversão do modelo desenvolvimentista dominante e buscam construir reflexões essenciais entre o ecologismo e o feminismo para a constituição de uma sociedade ideal (Garcia 2009). Sendo assim, foram averiguados oito movimentos que são atuantes imprescindíveis na luta contra submissão de gêneros e reconhecimento da mulher rural, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: Movimentos da luta contra submissão de gêneros e reconhecimento da mulher rural.

Movimentos Ambientais Feministas	Característica
Articulação das instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR)	Com o lema “igualdade para as trabalhadoras rurais”, o movimento atua com a troca de experiências e saberes tradicionais; repercutem os avanços e obstáculos das trabalhadoras em lidar com a cultura sexista que desvaloriza o trabalho do gênero feminino no campo, limita sua atuação nas ações decisivas em relação ao comércio dos produtos agrícolas (Aguar 2016).
Articulação nacional das mulheres trabalhadoras rurais (ANMTR)	Compreende “movimentos autônomos, coletivos de mulheres rurais dos movimentos mistos e pastorais” (Salvaro 2013).
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA)	Atua nas lutas a defesa da biodiversidade, condenando a biopirataria. Defende a representatividade da mulher nos programas de proteção do meio ambiente. Além disso, auxilia as

	associações das mulheres para que seus saberes tradicionais sejam enaltecidos (Pacheco 2002).
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	Organização constituída por mulheres extrativistas que comercializam o coco babaçu que se autoneameiam como “quebradeiras de coco”. Lutam para a preservação das palmeiras dos babaçuais (Silva 2008).
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Tem como objetivo a emancipação das mulheres, da inserção de um manejo agroecológico no campo e a mudança da sociedade. Levanta a discussão sobre a construção de novas vinculações entre os seres humanos e a natureza (MMC 2018)
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)	Organização independente constituída por trabalhadoras do campo dos nove Estados do Nordeste. Nomeado como um movimento feminista, constitui a REDELAC (Rede de Mulheres Latinoamericana e do Caribe) (Silva 2008).
Organização de mulheres pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento (Women’s Environment & Development Organization – WEDO)	Grande defensora da justiça social, política, econômica e ambiental para toda população; luta pela garantia da atuação do gênero feminino em todas áreas de decisão e realiza discussões sobre o empoderamento das mulheres nas decisões ambientais e sobre o desenvolvimento (WEDO 2018).
Marcha das Margaridas	Luta pelo auxílio técnico e acesso à terra para as mulheres rurais; promove a visibilidade a mulher rural devido a sua colaboração ao desenvolvimento sustentável do campo. Rompe com a sociedade hierarquizada pelo domínio patriarcal e considera um novo modelo de desenvolvimento do país, atribuindo importância a temática ambiental (Silva 2008).

Tais movimentos resultantes dos conflitos correlacionados ao ecofeminismo e a representatividade feminina são primordiais, uma vez que corroboram para elucidação das barreiras enfrentadas pelas mulheres rurais, estimular o debate sobre a sua valorização frente papel fundamental na perpetuação do conhecimento tradicional e conservação do meio natural. Segundo Salvaro (2013), as reivindicações contribuem na luta pela autonomia feminina, além de desempenhar uma significativa missão no compartilhamento de experiências.

CONCLUSÃO

A lógica patriarcal deslegitima a atuação da mulher em espaços tradicionalmente destinados aos homens, em contrapartida o movimento ecofeminista estabelece ideias e práticas que sustentam as lutas das mulheres para ressaltar a vinculação entre as estruturas de poder social desiguais e a degradação ambiental. Assim, os movimentos sociais acarretam no rompimento da obrigação da mulher em atividades referentes ao cuidado da família e atuam na valorização do gênero feminino comumente responsável pela disseminação do conhecimento etnobotânico, garantindo o empoderamento feminino.

As mulheres são protagonistas no cultivo de espécies de vegetais, especialmente as plantas medicinais, e auxiliam na saúde familiar e na conservação da biodiversidade, uma vez que são propulsoras do saber tradicional. O gênero feminino exerce uma significativa função de produtoras e gestoras do meio ambiente, uma vez que o desenvolvimento sustentável é fortemente atrelado às atividades habituais das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar VVP (2016) Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas 1. Política & Sociedade 15: 261.

- Burg IC (2005) As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Carniello MA, Silva RS, Cruz MAB, Guarim Neto G (2010) Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. *Acta Amazônica* 40(3): 451-470.
- Ministério do Meio Ambiente – Convenção da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/item/7513-conven%25C3%25A7%25C3%25A3o-sobre-diversidade-biol%25C3%25B3gica-cdb>>. Acesso em 27 de maio de 2018.
- Cruz TA (2013) A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis.
- Carvalho AM (2005) Etnobotânica del Parque Natural de Montesinho. Plantas, tradición y saber popular em un territorio del nordeste de Portugal. Tese de Doutorado. Universidad Autónoma de Madrid.
- Garcia, L (2009) A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. *Gaia Scientia* 3(1): 11-16.
- Gil AC (2002) Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, 4 ed. Atlas 5(61): 16-17.
- Karam KF (2004) A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas* 12(1): 360.
- Leff, E (2004) Elecofeminismo: el género del ambiente. México, Universidad Bolivariana. *Revista Académica Polis* 3(9).
- Lucena CM, Carvalho TKN, Ribeiro JES, Quirino ZGM, Casas A, Lucena RFP (2015) Conhecimento botânico tradicional sobre cactáceas no semiárido do Brasil. *Gaia Scientia* 9(2): 77-90.
- Monteles R, Pinheiro CUB (2007) Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. *Revista de biologia e ciências da terra* 7(2): 38-48.
- MMC - Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em 16 de abril de 2018.
- Pacheco MEL (2002) Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/ Sos Corpo. *Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania (obra coletiva).*
- Pastore E (2005) Relação de gênero na agricultura ecológica. Texto para discussão, n. 06. Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 15p.
- Rocha JA, Boscolo OH, Fernandes LRR de MV (2015) Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. *Revista Interações* 16(1): 67-74.
- Rodrigues VEG, Carvalho DA (2001) Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio cerrado na região do Alto Rio Grande, Minas Gerais. *Ciência e Agrotecnologia* 25(1): 102-123.
- Salvaro GIJ, Lago MCS, Wolff CS (2013) “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & sociedade* 25(1): 79-89.
- Siliprandi EC (2009) Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.
- Silva BGD (2008). A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/949>. Acessado em: 18 de abril de 2018.
- Viu AF, de Oliveira Viu, MA, de Oliveira Campos LZ (2010) Etnobotânica: uma questão de gênero?. *Revista Brasileira de Agroecologia* 5(1): 138-147.
- WEDO - Women's Environment & Development Organization. Disponível em: <www.wedo.org>. Acesso em 16 de abril de 2018.